

# Sarney anuncia hoje o pacote ecológico

Josemar Gonçalves 25.5.88

O presidente José Sarney anunciará hoje, um conjunto de medidas emergenciais para o controle ambiental no Brasil. A afirmação foi feita pelo deputado Fábio Feldman, do PSDB de São Paulo, depois de audiência com o ministro-chefe do Gabinete Militar, general Bayma Denys.

Feldman adiantou apenas que está prevista a criação de grupos de trabalho — com participação de ecologistas e da comunidade científica, além do próprio executivo — para, num prazo máximo de três meses, apresentarem propostas de combate efetivo às várias formas de degradação ambiental.

“Por uma questão de respeito”, segundo ele, se negou a revelar o conteúdo do “pacote ecológico”, porque “não quero furar” o presidente. Afirmou, porém, que pela primeira vez no país está-se tentando dar às questões do meio ambiente uma nova dimensão, o que caracteriza “vontade política” pa-

ra resolver o problema que ele considera como “emergencial e não se pode esperar mais tempo”.

E essa mudança de atitude do Executivo é entendida por Fábio Feldman como sendo consequência imediata da nova Constituição, que devota um capítulo inteiro ao controle do meio ambiente.

Questionado sobre a possível incorporação da Sema (Secretaria Especial do Meio Ambiente) com o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), o parlamentar paulista nada quis afirmar categoricamente. Disse apenas que há tempos vem advogando a junção desses órgãos e mais a Sudepe (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca), que passariam a funcionar como uma secretaria ligada diretamente à Presidência da República: “Uma espécie de embrião de um ministério exclusivamente do meio ambiente”. Isso, a seu ver, juntaria a preocupação de controle ambiental com o processo de desenvolvimento do País.



Feldman: grupos de trabalho vão apresentar soluções para se evitar a degradação ambiental

## Hormônio teste do M é aprovado

“O método utilizado na análise de carne para detectar a presença do hormônio dietilstilbestrol (DES), aplicado pelo Ministério da Agricultura, é o recomendado internacionalmente pelo FDA (Food and Drug Administration) e a recomendação oficial do governo americano é responsável pelo controle e fiscalização dos alimentos”. A afirmação foi feita pelo chefe do Serviço de Defesa Fitopatológica e Zootécnica da Delegacia Federal de Agricultura em São Paulo, Abrahão Buschatsky. Ele acrescentou ainda que o Ministério da Agricultura conhece a utilização deste hormônio pelos pecuaristas e que a sua utilização já que ele é proibido no Brasil.

O chefe do Laboratório Nacional de Apoio Animal (LARA), do Ministério da Agricultura, em Brasília, José Guedes Deak, disse que estas análises são realizadas desde 1985 e até hoje não foi detectado resíduo do DES nas análises. “Hoje o Brasil já possui mais análises do que os Estados Unidos e o exame que fazemos é do tipo cromatografia gasosa, que detecta até 0,5 PPB (partes por bilhão) de resíduo do hormônio”, afirmou. Segundo Deak, os testes são mais sensíveis, com o uso de cromatografia acoplada à espectrometria de massa, porém, o método utilizado no Brasil é o mesmo utilizado internacionalmente.

O chefe do Serviço de Defesa Fitopatológica disse que se os pecuaristas brasileiros estivessem utilizando hormônios de forma indiscriminada, principalmente o DES, com o tempo já teriam surgido resultados negativos nas análises feitas pelo

## Meio ambiente ganha verba

O ministro João Alves Filho, do Interior, presidiu, ao final da tarde de ontem, na sede da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), solenidade de assinatura de 36 convênios e de termos aditivos, no valor global de Cz\$ 738 milhões, visando ao fortalecimento do controle da poluição ambiental nos Estados e capacitação dos órgãos que cuidam do controle ambiental de todo o País.

Desse total de Cz\$ 738 milhões, Cz\$ 140 milhões destinam-se ao Programa Nacional de Combate da Poluição por Veículos (Procomvi) que estuda as normas e meios para que a indústria automobilística se

Cz\$ 91 milhões visam ao desenvolvimento do Programa Nacional de Controle da Poluição Industrial (Pronacopi).

Durante a solenidade, o ministro João Alves, tendo ao lado o secretário Ben-Hur Luttembarck Batalha, da Sema, firmou também termo aditivo, mediante o qual autoriza a continuidade do Programa do Sistema Nacional de Informação sobre o Meio Ambiente. De acordo com o documento, a Sema adquirirá e fará a distribuição aos órgãos estaduais de controle ambiental de 22 microcomputadores com impressoras e melhorando em muito a capacidade operacional da-

## Carajás poderá afetar a Amazônia

Em sete anos, se não forem tomadas providências, a parte oriental da floresta amazônica desaparecerá. Esta é a expectativa de um grupo de entidades não governamentais que foi ontem ao Ministério Público (ex-Procuradoria Geral da República) pedir abertura de inquérito para apurar irregularidades no projeto Grande Carajás, do Governo Federal. A proposta, ao todo, envolve 26 projetos, sendo que 11 já foram aprovados, cinco estão em implantação e dois — em Marabá (PA) e Açailândia (MA) — estão em operação.

(subsidiária da Vale do Rio Doce) — a apresentar a Rima — Relatório de Impacto do Meio Ambiente. Segundo a nova Constituição, qualquer projeto, governamental ou não, que tenha sob perspectiva destruir parte da ecologia, terá que ter parecer técnico que autorize a implantação.

Segundo as entidades — representadas por Eliseu Correa, advogado do Instituto de Estudos Amazônicos (IEA) —, uma boa parte da floresta oriental já foi desmatada para que o projeto Grande Carajás leve adiante a produção de ferro-gusa e ferro-ligas, que utili-

Público, Cláudio Fonteles, recebeu a denúncia e já mandou abrir inquérito a fim de que sejam colhidos todos os subsídios necessários para que o projeto governamental seja suspenso. Já existem dados técnicos de que, se levado adiante, o projeto necessitará de 10 milhões de árvores para dar vazão à produção de 5 milhões de toneladas de carvão vegetal que, por sua vez, produzirão 1 milhão e 100 mil toneladas de ferro-gusa. Com isso, o projeto Grande Carajás representará uma diminuição de 600 mil hectares na floresta amazônica.

Pela nova Constituição, a